

Dia a dia

Concurso milionário 06.01

O concurso de professores deste ano lectivo custou 1.8 milhões de euros. O Governo sempre explicou que o sistema informático dos novos concursos só custaria 600 mil euros. Mas as contas da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao processo do concurso de docentes referem que só a digitalização das candidaturas remetidas electronicamente custou aos cofres do Estado 1,18 milhões de euros.

Escolas secundárias perdem onze mil alunos por ano 10.01

As escolas secundárias portuguesas estão cada vez mais vazias. (...) No ano lectivo 1998/99 estavam matriculados no ensino secundário público (incluindo o recorrente) 342 908 estudantes. Em 2001/02, a queda já quase que ultrapassava a fasquia dos 300 mil inscritos, sendo que a projecção da tutela para este ano lectivo se situa nas 278 500 matriculas. (...) quase metade do universo total (44,8 por cento) não concluiu o ensino secundário o que, nesta matéria, coloca Portugal na cauda da Europa. (...) A falta de qualificações traz um outro problema aos jovens portugueses que tentam ingressar no mercado de trabalho: no quadro da União Europeia, o nosso país é também detentor de uma das mais altas taxas de desemprego jovem.

CGTP chama a atenção para «situação calamitosa» 14.01

«A situação da Segurança Social é calamitosa», com «um grande desnrte no que toca ao registo das declarações de remunerações, (...) atrasos nos pagamentos das prestações e pagamentos 'à vista', o que tanto lesa os beneficiários, como o próprio subsistema previdencial», acusou ontem a CGTP. Ilustrando a gravidade da situação, a central sindical revela, com base nos dados do próprio Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, que existem, a nível nacional, mais de 1,4 milhões de declarações de remunerações erradas, das quais 723 mil (50,3%) só no distrito de Lisboa. E o pior é que, do total de declarações erradas, 9% estão relacionadas com o regime a que pertence o beneficiário e a respectiva taxa real a pagar.

Só 11% das empresas dão formação aos trabalhadores 18.01

No estudo «Baixa qualificação associada a baixa escolaridade, uma das causas da crise actual», o economista da CGTP [Eugénio Rosa] refere que, em 2002, 16,5% dos quadros superiores, 26% dos quadros médios, 73% dos encarregados e contramestres, 43% dos profissionais altamente qualificados e 76,7% dos profissionais qualificados das empresas portuguesas tinham apenas o ensino básico ou menos. «A persistência desta situação constitui também uma das causas estruturais (não a única, evidentemente) da grave crise que o país enfrenta neste momento. Ignorá-la, como tem sido feito, é prolongar essa crise e tornar as suas consequências sociais ainda mais graves», aponta Eugénio Rosa. Um inquérito realizado em 2004 pelo Instituto de Qualidade para a Formação concluiu que das 10 022 empresas inquiridas apenas 1180 (11,8%) desenvolveram formação. Em contrapartida, 72,6% responderam que não tomaram iniciativas nesse sentido.

'Amigos' a mais no Estado 18.01

O grande problema da Função Pública são "os milhares de amigos dos sucessivos governantes que se colam ao aparelho e não saem mais de lá e não o trabalhador comum", defendeu (...) o secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, em conferência de Imprensa. Rejeitando a ideia de que existem trabalhadores a mais no Estado, criticou as "aquisições por compadrio para lugares de topo", sublinhando que, por outro lado, há serviços onde falta pessoal, como no Ensino ou na Saúde. Outro dos problemas é que, segundo Carvalho da Silva, também existem serviços sem funcionar por não existir pessoal qualificado para o trabalho.

Fenprof pressiona partidos políticos

19.01

A Fenprof desafiou (...) os partidos políticos a pronunciarem-se, antes das eleições, sobre um conjunto de questões educativas. A experiência "tem-nos mostrado que os programas partidários pecam por terem formulações demasiado gerais, sendo omissos nas políticas a desenvolver para atingir determinados objectivos», diz Paulo Sucena, secretário-geral da Federação, justificando a exortação.

Ensino pré-escolar aumentou em dez anos

19.01

De acordo com os responsáveis do projecto "Empreendedor" da Universidade Lusófona, o número de crianças na educação pré-escolar aumentou 37 por cento nos últimos dez anos. (...) Com o crescimento acentuado, esta a área de educação pré-escolar torna-se por excelência um espaço de oportunidades de negócio.

(...) Teresa Damásio, uma das coordenadoras do projecto, este aumento "não foi acompanhado pelo crescimento da oferta e continuam a existir imensas dificuldades para os pais conseguirem creches e infantários para os seus filhos. "Só quem tem dinheiro consegue e, mesmo assim, é difícil. Tem de se inscrever os bebés quando ainda nem nasceram", comentou a responsável.

5 anos para abolir vantagens fiscais em Gibraltar

21.05

O jornal El País noticiou que a comissária europeia Neelie Kroes, negociou com Londres um acordo para por fim ao paraíso fiscal de Gibraltar. Kroes recomenda uma redução progressiva até 2010 dos benefícios fiscais que desfrutam as empresas estrangeiras (*offshore*).

Gibraltar acolheu favoravelmente a proposta que desmonta um sistema que é contrário ao espírito de concorrência.

O que falta é que o governo britânico oficialize a sua resposta afirmativa, diz um porta-voz de Kroes.

Caso a resposta não fosse favorável Bruxelas ameaçava abrir uma investigação e aplicar sanções ao Reino Unido. Estima-se que 30.000 sociedades operam em Gibraltar fugindo assim às suas obrigações fiscais.

Em Espanha Bolonha já tem leis

22.01.05

A reforma dos cursos superiores em Espanha unifica a sua duração e cria um único título para o primeiro grau. O segundo grau corresponde aos títulos de mestre e doutor.

As actuais designações de diplomado e licenciado são extintas. Cabe ao governo vir a dar a nova designação ao primeiro grau.

As novas carreiras vão durar entre três e quatro anos. A este primeiro grau corresponde uma formação geral e profissional mas não especializada. O mestrado pode durar um ou dois anos e o doutoramento é também reestruturado.

A nova lista de cursos estará pronta em Junho. As universidades terão três anos para implantar as novas carreiras a partir do momento em que as mesmas forem aprovadas pelo Conselho Coordenador Universitário.